



PSD **p.8**

Direcção do PSD recebe a CIP para discutir a reforma do Estado



Governo **p.7**

Miguel Macedo deu posse ao director nacional da PSP

# Povo Livre



nº 1806

27 de Novembro de 2013

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD



## Orçamento aprovado pela maioria

Votação decorreu no dia 26 de Novembro

Governo **p.10**

Moreira da Silva chefiou a delegação portuguesa na Conferência das Nações Unidas para as alterações climáticas

Parlamento **p.13**

Virgílio Macedo destaca a importância que a bancada do PSD dá à transparência dos processos



O Primeiro-Ministro no Congresso do Turismo

# Reformar o IRC para incentivar o investimento criador de emprego e estimular a actividade empresarial



O Primeiro-Ministro esteve no dia 22 em Vila Moura, no Algarve, para uma intervenção na II Cimeira do Turismo Português, que ali decorreu.

Passos Coelho afirmou que o Turismo foi um dos “motores da recuperação económica e da criação de emprego”, depois de ter registado nos primeiros oito meses do ano um aumento das receitas de 7,3 por cento.

“As exportações do turismo crescem há 45 meses consecutivos. Em termos de receitas turísticas Portugal cresceu 7,2 por cento em 2011 e 5,6 em 2012, registando-se nos primeiros oito meses do ano uma evolução positiva de 7,3 por cento”, afirmou Passos Coelho, lembrando que Portugal cresceu “no número de turistas, dormidas, receitas, taxas de ocupação, proveitos das empresas, o que permitiu acomodar a queda mais ligeira do que no ano passado do turismo interno”.

“Em alguns indicadores batemos recordes históricos”, afirmou.

Pedro Passos Coelho disse que os resultados turísticos contribuíram para o ajustamento externo que tem sido feito “com a realização do equilíbrio da balança, de bens e serviços, e de um pequeno excedente na conta corrente e de capital, que se alargará consideravelmente no próximo ano”.

O crescimento do turismo contribuiu também, segundo o Primeiro-Ministro, para a redução da taxa de

desemprego nos últimos seis meses, mas sublinhou que “o mérito cabe aos empresários e trabalhadores e aos agentes envolvidos, cujo esforço redobrado é agora mais recompensado”.

Passos Coelho afirmou que o Governo tem procurado apoiar o esforço das empresas turísticas, com o lançamento de linhas de apoio à tesouraria e à consolidação financeira e “com dotações de 230 milhões de euros”, estando também a ser revistos os mecanismos de financiamento do sector turístico.

Pedro Passos Coelho acrescentou que o Governo pretende tornar o sector do turismo numa actividade de “concorrência leal”, afirmando que se encontra em preparação um diploma “para a melhor regulação do alojamento local e para combater no alojamento paralelo”, que deve ser “aprovado no início de 2014”.

O Chefe do Governo disse ainda que “as restrições reais” não permitem reduzir a carga fiscal sobre as famílias e sobre o consumo “tão rapidamente como desejaria”.

“Insistimos em reformar o IRC para incentivar o investimento criador de emprego, para facilitar a vida às nossas Pequenas e Médias Empresas e estimular a actividade empresarial. O sector do turismo será certamente beneficiado com esta reforma”, declarou o primeiro-ministro.

Pedro Passos Coelho disse ainda que a restante carga

fiscal “também tem que ser corrigida, baixando-a de modo permanente”.

“É por isso que é tão importante efectuar reduções estruturais na despesa pública, para que assim possamos efectuar reduções também elas permanentes nos impostos sobre as famílias e o consumo”, disse no seu discurso.

## O TEXTO DO DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO

**«As restrições reais que enfrentamos não nos permitem reduzir a carga fiscal sobre as famílias e o consumo, tão rapidamente quanto eu desejaria»**

Senhor Presidente da Confederação do Turismo Português, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e meus Senhores, hoje ninguém duvida da importância do sector do Turismo para o desenvolvimento económico. A globalização fez expandir as possibilidades nesta área e a concorrência internacional é cada vez mais intensa.

À escala mundial, falamos de cerca de 6 mil milhões de turistas internos e de mais de mil milhões de turistas internacionais. A Organização Mundial do Turismo prevê que em 2030 cheguemos aos 1800 milhões de turistas internacionais. Em Portugal, o Turismo contribui com mais de 9 por cento do PIB e representa 400 mil postos de trabalho directos, o que corresponde a 8 por cento do total do emprego nacional.

Já em 2013, no segundo e terceiro trimestre o Turismo revelou-se como um dos motores da recuperação económica do País e da criação de emprego. As exportações de Turismo crescem há 45 meses consecutivos; e nos últimos meses esse crescimento fortaleceu-se. Em termos de receitas turísticas, Portugal cresceu 7,2 por cento em 2011 e 5,6 por cento em 2012, e registámos nos primeiros 8 meses deste ano uma evolução positiva de 7,3 por cento.

De facto, o ano de 2013 trouxe boas notícias para o sector do Turismo. Crescemos em todos os indicadores relevantes: número de turistas, dormidas, receitas, taxas de ocupação proveitos das empresas, o que permitiu acomodar a queda, mais ligeira do que no ano passado, do turismo interno. Em alguns indicadores batemos recordes históricos. Estes resultados contribuíram para o notável ajustamento externo que temos vindo a fazer com a realização do equilíbrio na nossa balança de bens e serviços e de um pequeno excedente na conta corrente e de capital, que se alargará consideravelmente no próximo ano. Contribuíram também para a redução da taxa de desemprego que temos vindo a assistir nos últimos 6 meses. Tal como noutros sectores, o mérito cabe aos

empresários e trabalhadores, e de todos os agentes nele envolvidos, cujo esforço redobrado é agora mais recompensado.

Sabemos que este esforço incluiu o aumento da competitividade pelo lado dos preços, o que atesta bem as exigências deste mercado, mas não restam dúvidas de que a reconhecida excelência dos nossos produtos turísticos desempenhou um papel central. Vale a pena mencionar o número impressionante de prémios e de menções internacionais elogiosas que o turismo nacional recebeu nos últimos dois anos, que beneficiam o sector e orgulham o País.

É certo que as circunstâncias internacionais nos últimos dois anos foram propícias para este crescimento, mas é preciso reconhecer que Portugal registou um desempenho em termos de receitas turísticas no topo do conjunto dos países do Mediterrâneo. É mais um dado que demonstra o que tem sucedido um pouco por toda a economia portuguesa – as empresas portuguesas, graças a um processo de adaptação admirado por todos, estão a aproveitar as oportunidades que as circunstâncias proporcionam, e muitas vezes de forma mais eficiente do que as suas congéneres estrangeiras. A entrada em novos e mais dinâmicos mercados externos, e os ganhos de quota de mercado das nossas exportações realizados nos últimos 2 anos, são a confirmação deste processo. É por isso que sempre insisti em que, devidamente preparados, temos muito a ganhar com o aproveitamento das oportunidades da economia global, e não as devemos recear como se de ameaças se tratasse.

Pela sua parte, o Governo tem procurado apoiar o esforço das empresas turísticas, sobretudo aquelas que enfrentam problemas conjunturais de financiamento e de tesouraria. Lançámos as linhas de apoio à tesouraria e de apoio à consolidação financeira, com dotações de 230 milhões de euros, e estamos a rever os mecanismos de financiamento do Turismo, precisamente para providenciar às empresas do sector atenuantes da pressão sobre a rentabilidade que a competitividade dos preços provocou. Em simultâneo, trabalhamos para tornar o sector do Turismo numa actividade em que impera a concorrência leal. Encontra-se em preparação um diploma para a melhor regulação do alojamento local e para combater o alojamento paralelo.

Este processo decorre em estreita colaboração com o sector e queremos aprovar o diploma já no início de 2014. Além disso, temos investido no programa de promoção do turismo residencial, com destaque para os Vistos Gold, e aprovámos um plano de combate à sazonalidade para o Algarve e para a Madeira, com enfoque em resultados mais concretos e mensuráveis.

Mas queremos fazer mais. As restrições reais que



enfrentamos não nos permitem reduzir a carga fiscal sobre as famílias e sobre o consumo tão rapidamente quanto eu desejaria. Mas insistimos em reformar o IRC para incentivar o investimento criador de emprego, para facilitar a vida às nossas Pequenas e Médias Empresas e estimular a actividade empresarial. O sector do Turismo será certamente beneficiado com esta reforma. Contudo, não nos esqueçamos de que a restante carga fiscal também tem de ser corrigida. Mas queremos corrigi-la, baixando-a de modo permanente. É por isso que é tão importante efectuar reduções estruturais na despesa pública. Para que assim possamos efectuar reduções também elas permanentes nos impostos sobre as famílias e sobre o consumo.

Estamos também a trabalhar no âmbito do novo Quadro Financeiro Plurianual para facilitar a requalificação dos empreendimentos. E completámos a revisão do regime da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos de modo a tornar mais fáceis os processos de licenciamento e de requalificação. Com

esta revisão queremos desburocratizar, flexibilizar procedimentos e reduzir custos de contexto. Foi por isso que, por exemplo, reforçámos o mecanismo de deferimento tácito, como temos feito noutras áreas do licenciamento, e eliminámos as taxas que eram pagas pelas empresas pela realização de auditorias obrigatórias de classificação. É minha convicção que estas mudanças legislativas criarão um ambiente mais propício ao investimento e à inovação.

Além do que foi feito nestes últimos dois anos, as mudanças que queremos introduzir devem ser parte integrante de uma reforma estratégica em parceria e cooperação com a Confederação do Turismo Português, que deve converter-se assim num parceiro social e estratégico. Desta forma, a própria política de promoção externa terá melhores condições para deixar de oscilar ao sabor das alterações do contexto político nacional, adquirindo estabilidade e coerência de longo-prazo.





**«Em 2009, as exportações representavam cerca de 29 por cento do PIB e este ano passámos a barreira dos 40 por cento»**

Minhas senhoras e meus senhores, a dimensão externa do sector turismo deve ser vista de modo integrado no processo de abertura da economia portuguesa que iniciámos em 2011. Em 2009, as exportações representavam cerca de 29 por cento do PIB. Este ano passámos a barreira dos 40 por cento. E queremos ir mais longe. No documento da Estratégia do Governo para o Crescimento e Fomento Industrial colocámos o objectivo em 45 por cento em 2015 e acima dos 55 por cento em 2020. Estaremos assim, finalmente, mais próximos das economias europeias mais prósperas com uma dimensão semelhante à nossa. Porque é mesmo uma alteração estrutural do perfil da nossa economia que estamos a testemunhar e que precisamos de consolidar.

É um feito colectivo dos Portugueses que não deve ser subestimado. No seu trabalho quotidiano, trabalhadores e empresários têm dado um exemplo extraordinário ao País e à Europa da capacidade de transformação estrutural, com cada vez mais recursos nos sectores transaccionáveis e com um peso cada vez maior da actividade exportadora no conjunto da economia, como é apropriado a um mercado da nossa dimensão. E é preciso sublinhar um dado importante: depois de termos equilibrado a nossa balança externa de bens e serviços em 2012, estimamos para este ano um excedente superior a 2 por cento do PIB. Recordo que nas seis décadas anteriores o défice comercial médio foi de 7,4 por cento. Hoje, com os excedentes que estamos a alcançar na balança corrente e de capital, começaremos finalmente a reduzir a nossa dívida externa.

Entre 2011 e 2013, Portugal passou de uma ne-

cessidade líquida de financiamento externo de 10 por cento do PIB para uma situação excedentária de 3 por cento do PIB, o que significa que em dois anos fomos capazes de passar de uma situação de dependência do financiamento externo para uma outra, bem diferente, em que começamos a aliviar o fardo pesado da dívida ao exterior. Temos nas dívidas externa e pública duas grandes vulnerabilidades, e em 2014 iremos travar o seu crescimento e começaremos a reduzi-las. Este é um facto da maior importância que nos dá esperança para o futuro.

**O projecto estrutural de abertura da economia e da sociedade portuguesa ao Mundo, é um verdadeiro projecto nacional**

Devemos, pois, abraçar este projecto estrutural de abertura da economia e da sociedade portuguesa ao mundo como um verdadeiro projecto nacional. Não se trata de desvalorizar a procura interna, nem o mercado nacional, até porque também progredimos bastante nos últimos dois anos ao nível da substituição competitiva de importações por produtores nacionais. Nem se trata de uma resposta necessária ao exorbitante endividamento externo que as escolhas de fechamento do passado criaram. Trata-se, sim, de ligar a nossa economia às fontes de prosperidade sustentável que estão no resto do mundo. Trata-se, isso sim, de não fazer depender o nosso nível de vida e o futuro do crescimento de fontes económicas insustentáveis, como o consumo público ou os investimentos que não obedecem a critérios inteligentes de retorno económico e social. Tentámos esse modelo durante 15 anos, e esse modelo falhou. Nada há como a experiência para nos recomendar a procura de caminhos diferentes e mais promissores.

Esta mudança estrutural tem sido um caminho longo e difícil. É um caminho que teria, e que continuará a ter, de ser percorrido. Com dois trimestres consecutivos de crescimento económico acima do que foi registado pelos nossos vizinhos mediterrânicos, com as melhorias no mercado de trabalho, a criação de emprego e a redução do desemprego (incluindo o desemprego jovem) há 6 meses consecutivos, começamos agora a ver alguns sinais, ainda que ténues, de recompensa pelos sacrifícios feitos e pelas reformas executadas.

Mas a tarefa ainda não terminou. Estamos naquele momento crítico em que o esforço tem de ser mantido para ficarmos mais próximos do crescimento duradouro e sustentável que desejamos. É um momento crítico, porque hesitações e desistências anulariam todos estes sinais e far-nos-iam regredir para uma nova queda. Ainda temos muito por que lutar e muito a ganhar, mas já temos algo de precioso a perder.

A conclusão do Programa de Assistência Externa em Maio de 2014, o novo Quadro Financeiro Plurianual que será executado segundo novas orientações estratégicas – e com a assistência de uma nova Instituição Financeira de Desenvolvimento – e a estabilização financeira progressiva do País, permitem-nos olhar para o futuro com outra confiança e com outra esperança.

Mas tudo isto supõe decisões consequentes.

Consequentes com as exigências associadas à nossa pertença à União Europeia e ao Euro.

Consequentes com as respostas indispensáveis à correcção dos desequilíbrios muito graves acumulados durante anos e anos.

Consequentes com o desejo de toda uma nação de nunca mais experimentar um colapso como aquele que sofremos em 2011.

Consequentes com a aspiração comum dos Portugueses a uma sociedade mais próspera e mais justa, com oportunidades para todos. Muito obrigado!- Fonte: - Gab PM.



# O Primeiro-Ministro inaugura centro de apoio a cidadãos portadores de necessidades especiais

O Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho esteve no dia 25, na inauguração de um centro de apoio a deficientes em Borba. Passos Coelho afirmou que «o contributo que todos temos dado para ultrapassar a situação dura que temos vivido nestes anos, tem produzido resultados, que nos devem hoje motivar para acreditar que temos ao nosso alcance fechar este período extraordinário que vivemos e abrir um outro». Porém, «o futuro que temos à nossa frente não é um futuro de facilidades, mas é um futuro com mais respeito, mais equilíbrio, mais autonomia e isso faz muita diferença para toda a gente».

O Primeiro-Ministro afirmou também que «todos aqueles que gostam de passar dos oito para os oitenta, da grande escassez que temos vivido para a abundância, ficarão muito decepcionados por saber que ninguém está a pensar o futuro político dessa maneira».

Se a economia nacional «está finalmente a dar uma resposta de crescimento» e, apesar de deste ser «um processo lento», é «um processo de recuperação, e isso é extraordinariamente importante para quem passou por tantas privações, ao longo deste tempo», «nós precisamos de ter os pés bem assentes na terra».

«Ter os pés bem assentes na terra significa saber que podemos iniciar a nossa recuperação pelo nosso pé, lentamente, mas no respeito que a sociedade merece e oferecendo às pessoas uma resposta conjunta cada vez mais relevante», referiu Pedro Passos Coelho, pois «sem isso, aqueles que mais precisam nunca teriam a resposta adequada».

O Primeiro-Ministro recordou que nunca houve qualquer «processo de transformação e de ajustamento» social ou económico no Mundo, que não tenha envolvido «custos extremamente elevados do ponto de vista social, económico e também político, porque o desgaste para todos é tremendo». «Mas nós não temos uma varinha de condão para passar à frente na 'fita' do tempo e evitar que esses processos nos afectem diariamente».

Contudo, o País, «que se sacrificou», exige de todos sentido de responsabilidade, «para não deitarmos fora o que conquistámos»; exigem «regarmos todos os dias, com muito cuidado, cada nova realização».

No final da inauguração e visita ao Centro de Apoio a Deficientes Luís da Silva, da União das Misericórdias Portuguesas e dedicado a deficientes profundos, Pedro Passos Coelho afirmou que «o Estado tem obrigações a desempenhar, mas no desempenho dessas obrigações, desse seu dever, não tem um exclusivo, antes pelo contrário. É preciso encará-lo de uma forma muito pluralista», pois «o Estado, por melhor que faça, não tem forma de produzir o resultado que é necessário».

Pedro Passos Coelho deu exemplos de sectores onde o Estado deve delegar competências, como a Saúde e a Educação, nas quais deve estabelecer parcerias, nomeadamente com instituições de solidariedade social. Mas «sabemos que há funções que são indelegáveis por parte do Estado», referindo a «justiça penal e funções associadas à soberania, seja no âmbito da Defesa ou da representação externa», e referindo que «todas as outras são partilháveis».

O próprio Estado deve melhorar a articulação entre os seus serviços, uma vez que «muitas das instituições perdem demasiado tempo a procurar articular-se com níveis diferentes do Estado».

Em resposta a perguntas de jornalistas sobre o envio para o Tribunal Constitucional do regime de convergência das pensões, o Primeiro-Ministro declarou que «nesta



altura não há nada a acrescentar, já tudo está dito sobre essa matéria. Já houve uma resposta atempada por parte do Governo» e, «agora, aguardaremos a decisão do Tribunal Constitucional». O Presidente da República, Cavaco Silva, requereu a fiscalização preventiva da cons-

titucionalidade do regime de convergência de pensões entre o sector público e privado. – (Nota da Redacção: O Tribunal Constitucional aprovou no dia 26, a "semana das 40 horas" proposta pelo Governo) – Fonte: Portal do Governo



# Conselho de Ministros de 21 de Novembro

1. O Conselho de Ministros apreciou positivamente a Revisão Intercalar 2013 - 2015 da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR) que será agora enviada à Assembleia da República para recolha de contributos. Esta revisão intercalar tem como objectivo primordial reforçar o combate à sinistralidade rodoviária, na sequência da avaliação dos resultados obtidos na primeira fase da ENSR, bem como do planeamento das acções a executar até 2015. A Revisão Intercalar da ENSR estabelece como objectivo para a Segurança Rodoviária em Portugal alcançar um sistema de transporte rodoviário humanizado, em que a sinistralidade rodoviária deverá tender, a longo prazo, para um resultado de zero mortos e zero feridos graves. O processo de revisão intercalar foi coordenado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, com a participação do ISCTE e o envolvimento de três estruturas, a Estrutura de Pilotagem, constituída pelos representantes políticos dos diversos Ministérios intervenientes no desenvolvimento da ENSR, a Estrutura Técnica, que integra as entidades oficiais com responsabilidades no sector da segurança rodoviária, e o Grupo Consultivo, constituído por representantes da sociedade civil.

2. O Conselho de Ministros aprovou a criação do Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, com o propósito de incentivar, apoiar e promover a capacidade instalada das entidades do sector social e solidário. O Fundo de Reestruturação do Sector Solidário tem como objectivo fortalecer a actuação das Misericórdias, Mutualidades e Instituições Particulares de Solidariedade Social no desenvolvimento de respostas e programas, potenciadores da economia social, através do acesso criterioso a instrumentos de reestruturação financeira que permitam o seu equilíbrio e sustentabilidade económica. É, assim, reforçado o modelo de parceria entre o Governo e as entidades do sector social e solidário, que dota as instituições de mecanismos capazes de reforçar as respostas sociais existentes, implementar novas acções e proceder ao alargamento de medidas de apoio social, para abranger todos os cidadãos que, se encontram em situação de vulnerabilidade social.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em actos eleitorais e referendários. É proposta a alteração da forma como é definida a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em actos eleitorais e referendários, pois Portugal está entre um conjunto de países da União Europeia onde essa compensação é mais elevada. De acordo com esta proposta, o montante da gratificação a atribuir aos membros das mesas é fixado em 50 euros, a ser actualizado com base na taxa de inflação.

4. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. As alterações agora introduzidas tiveram como objectivo imprimir maior eficiência, simplificação, diminuição de custos de contexto e liberalização de procedimentos. Procede-se à redução e clarificação das condições necessárias à instalação dos empreendimentos turísticos, simplificando, por um lado, e aumentando a liberdade de escolha própria dos empresários, por outro, em especial no que se refere aos equipamentos necessários para a instalação num empreendimento turístico. Assume-se ainda a necessidade de autonomizar a figura do alojamento local em diploma próprio, sob a forma de decreto-lei, com o intuito de melhor adaptar à realidade a ainda recente experiência deste tipo de estabelecimento no panorama da oferta de serviços de alojamento temporário. Alarga-se, por fim, à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) a competência sancionatória relativamente aos estabelecimentos de alojamento local.

5. O Conselho de Ministros aprovou, aplicando a lei do novo regime jurídico de vinculação, a transição para as carreiras gerais dos trabalhadores que exercem funções nos estabelecimentos fabris do Exército, extinguindo carreiras e categorias destes estabelecimentos e identificando as carreiras e categorias que subsistem por impossibilidade de transição dos trabalhadores para as carreiras gerais.

6. O Conselho de Ministros aprovou a transposição de três directivas da União Europeia que alteram a lista de substâncias ativas que podem ser incluídas em produtos biocidas. Os produtos biocidas compreendem uma vasta gama de substâncias ativas e de preparações, constituindo uma arma muito eficaz no combate aos organismos nocivos, com nítido benefício para a protecção da saúde humana e animal, e para a salvaguarda do ambiente.

7. O Conselho de Ministros aprovou a lei orgânica do Ministério da Economia, adaptando-a ao disposto no diploma onde se procedeu à alteração da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional.

8. O Governo aprovou a extinção da Direção-Geral da Administração Interna e a sua integração por fusão na Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. Pretendendo-se obter uma racionalização dos serviços e um ganho de eficácia e eficiência no funcionamento dos mesmos, bem como o reforço das competências e da relevância da Unidade Ministerial de Compras do MAI com vista à optimização dos procedimentos aquisitivos do Ministério.

9. O Conselho de Ministros autorizou a despesa inerente à celebração do Contrato de Gestão do Centro de Reabilitação do Norte (CRN), celebrado entre a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P., e a Santa Casa da Misericórdia do Porto, pelo período de três anos. O montante máximo autorizado é de cerca de 27,6 milhões de euros. O CRN é uma unidade destinada a completar a oferta de cuidados e a contribuir para a elevação dos padrões de saúde da região Norte, pelo que a sua actividade constitui uma prioridade, permitindo ampliar e melhorar a acessibilidade aos serviços de saúde, racionalizar a utilização dos recursos materiais e humanos existentes e aumentar a eficácia e eficiência do Serviço Nacional de Saúde.

10. O Conselho de Ministros decidiu autorizar a realização da despesa relativa à adjudicação da prestação de serviços aéreos regulares, em regime de concessão, na rota Porto Santo/Funchal/Porto Santo, pelo período de três anos. A fim de garantir a continuidade da prestação do serviço aéreo na rota que serve a Região Autónoma da Madeira, o Estado português fixou novamente obrigações de serviço público para a prestação de serviços aéreos na rota Porto Santo/Funchal/Porto Santo, por despacho do Secretário de Estado das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações, de 8 de Novembro de 2013. Caso nenhuma transportadora aérea da União Europeia dê início ou puder provar que está prestes a dar início à prestação de serviços aéreos regulares sustentáveis, de acordo com as obrigações de serviço público impostas para a rota em apreço, será lançado o procedimento de concurso público.

11. O Conselho de Ministros autorizou a realização, por procedimento concursal, da despesa relativa ao fornecimento de combustíveis operacionais de aviação à Força Aérea Portuguesa, para o ano de 2014, ao abrigo do Acordo Quadro vigente para este tipo de combustíveis. A despesa máxima autorizada é de cerca de 14,6 milhões de euros.

12. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução para que a República Portuguesa se retire do Acto Constitutivo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), de forma a contribuir para a redução da despesa geral do Estado. Esta decisão teve como base um estudo detalhado sobre a permanência de Portugal em algumas organizações internacionais. A proposta será enviada para a Assembleia da República com pedido de prioridade e urgência. 13. O Conselho de Ministros aprovou a designação de vogais não permanentes e seus suplentes na Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública e de peritos que integram a respectiva bolsa de peritos. Nos termos dos estatutos da Crespa, os peritos são designados de entre trabalhadores em funções públicas com reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, realizando a CRECAP a sua proposta ao Governo. – Gab. Imp. P.Cº





# Miguel Macedo deu posse ao director nacional da PSP

Na segunda-feira, o Ministro da Administração Interna deu na posse ao novo Director Nacional da PSP.

O novo director nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP), Luís Farinha, substituiu o superintendente Paulo Valente Gomes que pediu a demissão na sequência dos incidentes da semana passada.

A cerimónia decorreu no salão nobre do Ministério da Administração Interna e foi presidida pelo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

Luís Farinha, que era até aqui comandante da Unidade Especial de Polícia (UEP), vai suceder no cargo ao superintendente Paulo Valente Gomes, que colocou o lugar à disposição com os oficiais que faziam parte da sua equipa directiva - Paulo Pereira Lucas, José Ferreira de Oliveira, José de Matos Torres e Manuel Magina da Silva.

No mesmo dia, o ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, classificou como "absolutamente inaceitáveis" os acontecimentos que motivaram a invasão da escadaria do parlamento durante uma manifestação de polícias, garantido que "foi uma excepção que não voltará a repetir-se".

"Num Estado de direito há regras que devem ser observadas e limites que não podem ser ultrapassados. Os agentes de segurança são os primeiros a reconhecer que é mesmo assim. O que ontem [quinta-feira] sucedeu é, por isso mesmo, uma excepção, não voltará a repetir-se", afirmou Miguel Macedo, em conferência de imprensa, no Ministério da Administração Interna.

Na cerimónia de posse, a que também assistiu a Ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, Miguel Macedo afirmou que «As notícias de tranquilidade, sossego, respeito da lei e da ordem pública reforçam a imagem de um país no contexto internacional. É o que felizmente tem sucedido com Portugal. É o que vai continuar a suceder», acrescentando que «não falamos de um sinal pontual ou conjuntural. Falamos, sim, de um desígnio estratégico e nacional».

O Ministro da Administração Interna dirigiu «uma palavra especial» aos homens e mulheres da polícia: «Compreensão pelos problemas que tem e pelas dificuldades que atravessam», pelo que o Governo não esquece «as adversidades da crise» e procurará encontrar sempre «o engenho e a arte indispensáveis para minorar os problemas que têm e as dificuldades que atravessam».

E «uma palavra de orgulho», pois «não é qualquer um que pode servir a nobre causa da polícia. Porque ser polícia não é apenas ter um emprego. (...) É servir um povo, é defender a sua segurança, é fazer respeitar os seus direitos individuais, é afirmar um ideal superior de cidadania», referiu Miguel Macedo.

O Ministro acrescentou que esta função confere aos agentes da polícia «uma enorme responsabilidade. Mas tudo isso vos dá seguramente um grande orgulho. O mesmo orgulho que todos temos em Portugal e no futuro do nosso País». - Fontes: Lusa e Portal do Governo





# Direcção do PSD recebe a CIP para discutir a reforma do Estado

O presidente da Confederação Empresarial de Portugal-CIP, o vice-presidente do PSD, Marco António Costa, e o Secretário-Geral, José Matos Rosa, reuniram-se no dia 22 para discutir a reforma do Estado, com o dirigente empresarial a defender que as empresas necessitam que a reforma “veja a luz do dia”.

“Viemos discutir o guião da reforma do Estado, trazer as nossas posições sobre a avaliação que fazemos, sobre a necessidade de que a economia e as nossas empresas têm de que esta reforma veja a luz do dia”, afirmou o presidente da Confederação Empresarial de Portugal, António Saraiva, à saída da reunião, na sede do PSD, em Lisboa.

António Saraiva defendeu que a sociedade portuguesa é “muito estatizada”, e preconizou, genericamente, “menos Estado e menor Estado”, escusando-se a ser mais específico sobre os contributos que deixou ao partido maioritário do Governo.

O dirigente da CIP afirmou que é preciso saber “que Estado é que actualmente, com o produto gerado”, é possível ter, “não alienando funções básicas, mas redefinindo o papel do Estado num conjunto de áreas, eventualmente privatizando umas, concessionando outras”.

“Em função dessa clarificação termos um documento estratégico das áreas de intervenção do Estado, de uma maior eficiência da máquina fiscal, de uma maior eficiência da máquina burocrática, reduzindo às empresas custos de contexto, aligeirando-lhes a estrada do desenvolvimento que ainda está cheia de obstáculos, muitos deles burocráticos, administrativos, de licenciamento”, sustentou.



Questionado sobre as áreas em que defende privatizações, António Saraiva não quis ser específico, avançando apenas serem aquelas áreas “em que o Estado não tenha que estar a intervir na economia”.

O vice-presidente do PSD e porta-voz do partido, Marco António Costa, salientou que no âmbito da reforma do Estado “2014 vai ser um ano fundamental para o país”, de “diálogo social intenso”. – Fonte: Lusa





# Teresa Leal Coelho “tranquila” com a análise das pensões que foi pedida ao Tribunal Constitucional

A vice-presidente do PSD Teresa Leal Coelho manifestou-se tranquila com o regime de convergência de pensões que o Presidente enviou para o Tribunal Constitucional, argumentando que foi elaborado com preocupações de equidade e justiça.

“Estamos tranquilos com o conteúdo do diploma. Trabalhámos o diploma, trabalhámos esta solução de forma a garantir uma solução mais equitativa e mais justa no que diz respeito aos pensionistas de um e de outro sistema”, afirmou Teresa Leal Coelho, na sede do PSD, em Lisboa.

Numa declaração em que não respondeu a perguntas, a dirigente social-democrata referiu igualmente que o requerimento de fiscalização preventiva da constitucionalidade por parte do Presidente da República, Cavaco Silva, deixa o PSD tranquilo “na medida em que, desta forma, a pronúncia pelo Tribunal Constitucional será garantidamente célere”.

O Tribunal Constitucional tem 25 dias para se pronunciar sobre a conformidade à Lei Fundamental das normas do diploma apontadas por Cavaco Silva.

“Tivemos uma particular preocupação com questões relacionadas com a proporcionalidade e com a salvaguarda da capacidade contributiva dos portugueses. Com este regime, deixamos 3 milhões de pensionistas de fora, que não são afectados por este regime”, apontou Teresa Leal Coelho.

“Por outro lado, paralelamente aumentámos cerca



de um milhão de pensionistas”, sublinhou a dirigente e deputada social-democrata, acrescentando que “todas estas medidas são adoptadas no contexto do memorando de entendimento”.

Teresa Leal Coelho manifestou a convicção do PSD de que “o Tribunal Constitucional vai apreciar cuidadosamente, como lhe compete, o diploma, e que vai encontrar nele os critérios da justiça, da equidade, da salvaguarda da capacidade contributiva, da proporcionalidade”, que, afirmou, os sociais-democratas “cuidadosamente” intro-

duziram no diploma.

O Presidente da República requereu hoje a fiscalização preventiva da constitucionalidade do regime de convergência de pensões entre o sector público e privado, que reduz cerca de 10% pensões superiores a 600 euros, anunciou a Presidência.

O Chefe de Estado, Cavaco Silva, pediu ao Tribunal Constitucional que se pronuncie sobre a constitucionalidade das normas que determinam a redução em 10% de pensões em pagamento e das normas que determinam o recálculo do montante de pensões em pagamento, divulgou o Palácio de Belém na sua página na internet.

“O Presidente da República solicitou ao Tribunal Constitucional que verificasse a conformidade destas normas com a Lei Fundamental, designadamente com os princípios da unidade do imposto sobre o rendimento, da capacidade contributiva, da progressividade e da universalidade, e com o princípio de protecção da confiança, quando conjugado com o princípio da proporcionalidade”, informa a Presidência.

O diploma do Governo que o Presidente da República enviou agora para o Tribunal Constitucional, e que foi aprovado apenas com os votos da maioria PSD/CDS-PP, define o regime de convergência de pensões entre o sector público e o sector privado e reduz em pequena percentagem, as pensões de valor superior a 670 euros. - Lusa

## Declaração de Marco António Costa sobre a manifestação sindical da PSP

O porta-voz do PSD e Vice-Presidente Coordenador Permanente, Marco António Costa, defendeu no dia 23, que a polícia tem “o especial dever de dar o exemplo na sua actuação” e que a manifestação em que foi invadida a escadaria do parlamento “é desejável que não se repita”.

“Acima de tudo, aquilo que desejo é que não volte a acontecer uma situação desta natureza. Todos nós temos consciência que existem organizações que têm o especial dever de exemplo na sua actuação. Aquilo que se passou ontem é desejável que não se repita”, afirmou Marco António.

O vice-presidente social-democrata falava à Lusa e à Antena Um após uma reunião com a CIP, na sede do PSD, em Lisboa, depois de questionado sobre o protesto das forças de segurança, na quinta-feira, que invadiu as escadarias da Assembleia da República.

“A Assembleia da República é a casa da Democracia, é um símbolo do povo português e aqueles que devem garantir a paz pública e a ordem pública devem ser os primeiros a garantir também que esses símbolos não devem ser tocados. Muitas vezes, invertem-se os papéis e são eles que estão a guardar a integridade desses símbolos”, sustentou.

Para Marco António Costa, “nas democracias é muito natural que todos os sectores se manifestem”.

“O problema não é o direito à manifestação, o problema é quando são ultrapassados alguns limites dessa manifestação”, disse.

“Espero muito sinceramente, e deixo esta formulação, que não haja repetição desta situação”, declarou, referindo que “os portugueses ficam confusos” quando comparam aquela manifestação com as palmas que elementos das forças de segurança presentes nas galerias da Assembleia da República dirigiram ao ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, durante a discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2014.

O porta-voz do PSD afirmou ainda que num momento “difícil” para o País “a palavra do PSD é uma palavra de apaziguamento, de apelo à paz social e de conciliação”, reclamando ser essa sua “marca política”, quer no Governo, quer na oposição.

Entretanto, em Vila Moura, onde presidiu ao Congresso de Turismo, Pedro Passos Coelho abordou também o assunto, afirmando que a invasão da escadaria do Parlamento pelos manifestantes “não é um bom indicador da própria autoridade das forças de segurança” e os acontecimentos “devem servir para, com as próprias forças de segurança, dar uma consequência àquilo que se passou, para que não haja um enfraquecimento no cumprimento do seu dever”.

“E isso é muito importante, na medida em que cumpre às forças de segurança defender a lei e a ordem e defender as regras, como de resto têm feito até hoje de forma notável”, acrescentou, advertindo que “o maior prejuízo do que se passou, pode ser mesmo para o prestígio das próprias forças de segurança e para a tranquilidade dos portugueses”.

Relativamente à demissão do director nacional da PSP, Paulo Valente Gomes, na sequência dos acontecimentos de quinta-feira, afirmou: “Eu espero que na sequência da substituição do chefe nacional da polícia, o sr. Ministro da Administração Interna possa dar um contributo para que esta questão possa ser reanalisada, a questão da segurança”, disse, salientando que “não é necessário rever regras, o que é preciso é cumprir as que estão em vigor”. - Fonte: Lusa





# Moreira da Silva chefiou a delegação portuguesa na Conferência das Nações Unidas para as alterações climáticas

O ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Ambiente, Jorge Moreira da Silva, que chefiou a delegação portuguesa na 19ª Conferência das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, realizada em Varsóvia, reagiu sábado aos resultados das negociações concluídas apenas nesse dia. “Esta Conferência das Nações Unidas não tinha por objectivo fixar um acordo climático para o período pós-2020. Essa decisão, em torno de um sucessor do Protocolo de Quioto, que, neste momento, apenas cobre 15% das emissões globais de gases com efeito de estufa, esteve sempre prevista para a Conferência a realizar em Paris em 2015”.

Assim, a missão do Governo em Varsóvia passava por aprovar, sem hesitações nem retrocessos, um plano de actividades, para 2014 e 2015, que identificasse o trabalho de casa e o respectivo calendário a cumprir por parte de todos os países, tendo em vista a obtenção, em 2015, de um acordo climático pós-2020, ambicioso, justo, custo-eficiente e abrangente.

Durante duas semanas decorreram, primeiro no plano técnico e depois no plano político, negociações muito exigentes. A delegação portuguesa participou nestas negociações, em conjunto com a delegação europeia, de uma forma muito activa e conseguimos atingir os nossos principais objectivos. Os resultados desta Cimeira, não sendo tão ambiciosos como gostaríamos, ainda assim fornecem os elementos necessários para a conclusão do acordo pós-2020, na Cimeira de Paris.

Em primeiro lugar, foi acordado que todos os países – industrializados e em vias de desenvolvimento – farão todos os esforços para apresentar, de uma forma transparente e racional, até Março de 2015, isto é, 9 meses antes da Cimeira de Paris, as respectivas metas de redução das emissões para o período pós-2020.

Em segundo lugar, essas contribuições nacionais terão de ser consistentes com o objectivo de limitar o aumento da temperatura a 2°C face ao período pré-industrial.

Em terceiro lugar, os países industrializados reafirmaram o seu compromisso de mobilizar, através de financiamento público e privado e recorrendo a várias fontes, montantes crescentes de financiamento até atingir 100 mil milhões de euros, por ano, em 2020, para a mitigação e adaptação às alterações climáticas nos países em vias de desenvolvimento.

Em quarto lugar, foram concluídas as regras, cuja negociação se arrastava há longos anos, relativas ao tema da desflorestação (o pacote de Varsóvia para redução de emissões de desflorestação- REDD+) que visa contribuir para a reduzir das emissões (hoje superiores a 20% das emissões globais) resultantes da desflorestação e degradação florestal nos países em desenvolvimento.

Em quinto lugar, foi estabelecido o mecanismo de Varsóvia sobre Perdas e Danos, um dos temas prioritários em particular dos Pequenos Estados-Ilha e uma reivindicação de longa data por parte destes países e de outros países em desenvolvimento, particularmente vulneráveis às alterações climáticas, entre os quais se encontram alguns países da CPLP.

Um acordo global para o sucessor do Protocolo de Quioto, no período pós-2020, envolvendo todos os países no controlo das emissões, de acordo com as suas capacidades e responsabilidades, é absolutamente necessário e urgente. Mas não se pode esperar pelo acordo à escala global para continuarmos a assumir, na União Europeia e em Portugal, as nossas responsabilidades na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na adaptação às alterações climáticas. Em primeiro lugar, por razões de responsabilidade – o relatório do IPCC veio, uma vez mais, confirmar os riscos associados às alterações climáticas. Em segundo lugar, por razões



de competitividade – o Relatório Stern e, ainda esta semana, o Relatório da Agência Internacional da Energia, apontam, por um lado, para custos relacionados com as consequências das alterações climáticas substancialmente superiores ao investimento imediato na redução das emissões e, por outro lado, para grandes benefícios, em matéria de crescimento e de emprego, resultantes da aposta nas energias renováveis e na eficiência energética nos edifícios, nos transportes e na indústria.

No caso português, concentram-se, no desafio das alterações climáticas, grandes riscos e grandes oportunidades. É verdade que enfrentamos, de acordo com a avaliação científica internacional, riscos superiores à média europeia associados aos impactes das alterações climáticas. Mas não é menos verdade que temos condições únicas para vencermos, à escala internacional, na economia verde e de baixo carbono, tirando partido das nossas vantagens comparativas associadas aos recursos energéticos renováveis, infra-estruturas, talentos, instituições científicas e empresas inovadoras.

O combate às alterações climáticas é urgente, se forem feitas as escolhas certas, será custo-eficiente. Os constrangimentos económicos e financeiros mais do que uma justificação para adiar o combate às alterações climáticas e o desenvolvimento de baixo carbono, devem ser encaradas como razões adicionais para o reforço da liderança e responsabilidade política, cívica e empresarial em matéria de clima e de energia.- Audiovisuais PSD



Debate final e votação

# Orçamento aprovado pela maioria

*(Nota da Redacção: Os partidos da Oposição, no encerramento dos debates, repetiram os argumentos habituais, nada disseram de novo. A canção que entoaram tinha as mesmas letras e a mesma música de sempre, recheada de insultos e das habituais acusações de roubo, esbulho, favorecimento dos grandes interesses capitalistas à custa dos mais pobres, etc. etc., pelo que nos dispensamos de as repetir).*



O líder parlamentar do CDS-PP defendeu que a aprovação do Orçamento do Estado é um “acto de liberdade” que “protege a liberdade de decisão” do país, reiterando que será o último sob a alçada da ‘troika’.

“Para nós, aprovar este Orçamento, é não só um ato de liberdade mas sobretudo um ato que protege a liberdade de decisão de uma pátria que é de todos - Portugal -, Estado de direito que é para todos, uma democracia que nasceu em 25 de Abril e foi confirmada em 25 de Novembro - o Estado-Nação mais antigo da Europa”, defendeu o presidente da bancada centrista.

Na intervenção de encerramento do debate do Orçamento do Estado de 2014, Nuno Magalhães reiterou a ideia que os centristas têm vindo a repetir, de que este é o último orçamento com a ‘troika’, mas associando-o hoje particularmente à ideia de “liberdade”.

“Estamos convencidos que aprovar este orçamento é condição fundamental para recuperarmos, enquanto nação, a autonomia plena de decidir o nosso destino sem pedir licença ou autorização prévia aos nossos credores. É, pois, um ato de liberdade, que será exercido em liberdade por cada um dos deputados da maioria e apesar de todas pressões”, sustentou.

Nuno Magalhães disse que os centristas e a maioria mantêm a defesa de “um só programa”, “um só calendário”, “um só envelope financeiro” e “uma data para a saída da ‘troika’, Julho de 2014”.

“É para isso que trabalharemos e é por isso que aprovaremos um Orçamento que nenhum Governo, nenhuma maioria, gostaria de ser obrigado a apresentar”, disse.

Magalhães disse que os deputados da maioria o fazem “conscientes” do que pedem, “certos das dificuldades”, e “exigentes” consigo próprios e com os credores, “na certeza que é preciso, é urgente, pensar o Portugal pós-‘troika’”.

“Pensar num Portugal que, ‘sem programas’ e na plenitude da sua autonomia e com uma economia viável e fiável, seja um parceiro respeitável e respeitado na Europa. Que, com a máxima liberdade mas também com a máxima responsabilidade possa ser uma voz

“É pouco e é o possível, mas este Orçamento e o debate na especialidade não foram só importantes pelo que fizeram mas também pelo que foi possível evitar, abusar das pressões externas”, disse, sublinhando que foi possível “não aumentar impostos gerais e ter optado por cortar na despesa do Estado com o próprio Estado”.

O líder da bancada do CDS-PP referiu-se ainda ao desempenho da economia, salientando sobretudo o desempenho das exportações e o fim da recessão técnica, atacando o PS e o seu secretário-geral, António José Seguro, que há um ano previu uma “espiral recessiva e desemprego galopante”.

Para Nuno Magalhães, os socialistas pedem “mais tempo”, mas não dizem que isso significa “mais dívida, mais juros, mais austeridade, mais dependência, e, sobretudo, mais ‘troika’”.

“Quando se quer ser alternativa é preciso ser consequente!”, pediu.

## A intervenção do presidente da bancada parlamentar do PSD

O líder parlamentar do PSD desafiou hoje a direcção socialista de António José Seguro a libertar-se de uma “liderança ensombrada” pelo seu antecessor, José Sócrates, e pelo fundador do PS Mário Soares.

No encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2014, na Assembleia da República, Luís Montenegro sustentou que só assim o PS ficará disponível para o diálogo com a maioria PSD/CDS-PP, e apelou à “clareza” e à “coragem”.

Numa alusão à conferência impulsionada por Mário Soares que se realizou na quinta-feira, na Aula Magna, em Lisboa, o líder parlamentar do PSD perguntou: “Afinal,



ouvida”, defendeu.

O líder parlamentar do CDS-PP sublinhou que, mesmo “nas dificuldades”, foi possível “aumentar o limite mínimo das reduções na função pública de 600 para 675 euros”; “aumentar o limite mínimo da convergência de sistemas de pensões de 419 para 600 euros”, e “exigir mais da banca, do sector energético, das telecomunicações ou de certos fundos imobiliários”.

Magalhães reconheceu que “é pouco”, mas atacou “certa oposição mais à esquerda”, dizendo que chamar esse esforço de ‘esmolá’, “é indigno, vexatório e até ultrajante dos sacrifícios os portugueses estão a fazer”.

quem faz hoje a agenda do PS? O seu Secretário-Geral, ou essa Aula Magna que instiga a quebra da urbanidade e do respeito democrático e que exige, de uma assentada e cumulativamente, a queda do Governo, a queda do parlamento e a queda do Presidente da República? Onde está a defesa do Estado de direito e onde está a defesa da Constituição da República?”.

Luís Montenegro, que neste ponto do seu discurso foi interrompido por palmas das bancadas da maioria, afirmou: “O País espera do PS a capacidade para conjugar





esforços num diálogo sobre o nosso futuro colectivo, mas para isso é preciso que tenha verdadeira vontade. Tenho para comigo que isso só acontecerá quando se libertar de uma liderança ensombrada pelo ex-líder [José Sócrates] e pelo fundador [Mário Soares], alternadamente”.

Segundo o social-democrata, “ainda se ouvem palavras construtivas e de moderação em Francisco Assis [membro do Secretariado Nacional do PS] ou mesmo em Teixeira dos Santos [ministro das Finanças do anterior Governo do PS], que defendeu a abstenção do PS neste Orçamento do Estado”.

“E o silêncio da direcção do PS, que valor devem os portugueses atribuir-lhe? De concordância encapotada, ou de discordância envergonhada?”, interrogou.

“Todos precisamos de clareza. O futuro de Portugal precisa da clareza de todos. Todos precisamos de humildade e de coragem, e o futuro de Portugal precisa da humildade e da coragem de todos”, defendeu.

Lúis Montenegro sustentou que “o patriotismo e a responsabilidade sobre as futuras gerações” obrigam a um “entendimento mínimo sobre o caminho a seguir, sem complexos e sem fantasmas”, para “a consolidação de um Portugal renovado”.

Esse “Portugal renovado” implica uma reforma do Estado que o torne “menos consumidor de impostos” e que se aplique “por várias legislaturas”, prosseguiu.

A maioria PSD/CDS-PP tem estado disponível para o diálogo, e quem “tem chumbado permanentemente ao teste do consenso” é o PS, alegou.

O líder parlamentar do PSD referiu que, “ao contrário do que disse o secretário-geral do PS” foram aprovadas propostas dos socialistas de alteração ao Orçamento do Estado para 2014.

Como exemplos, apontou “a proposta que prevê a

aproximação do preço do gás de garrafa às tarifas do gás natural” e “a das contratações para o ensino superior, desde que não aumente o valor total das remunerações”.

O líder parlamentar do PSD sustentou hoje que o Governo colocou Portugal na iminência do regresso pleno aos mercados, apontando o Orçamento do Estado para 2014 como um documento estratégico para um crescimento consistente.

No encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2014, na Assembleia da República, Luís Montenegro fez um discurso com constantes referências à passada governação do PS, que descreveu como “os anos do irrealismo e do despesismo” e responsabilizou pelo actual “embargo de soberania”.

Em contraponto, elogiou a acção do executivo PSD/CDS-PP desde 2011, fazendo o seguinte balanço: “Portugal passou da iminência da bancarrota à iminência do regresso pleno aos mercados. Evoluiu de uma situação de situação de desconfiança generalizada para uma situação de recuperação da credibilidade externa”.

O líder parlamentar do PSD afirmou que, “apesar de tudo, o País conseguiu crescer na adversidade”, assinalando a passagem “da recessão técnica” para “uma fase de crescimento moderado em dois trimestres consecutivos” em 2013.

Segundo Luís Montenegro, o Orçamento do Estado para 2014 contribui para consolidar esse crescimento e para que Portugal deixe de vez a “depressão económica” dos últimos anos.

“Desengane-se quem pensa que o Governo apresenta um orçamento de mera gestão corrente de bens escassos. Apresenta, sim, uma proposta com visão, com estratégia para sairmos da administração da penúria em que nos deixaram. Sabemos o que queremos e para

onde vamos. O Orçamento do Estado para 2014 relança as bases para um crescimento consistente, plurianual”, sustentou.

Finalmente, o líder parlamentar do PSD defendeu que o Orçamento do Estado para 2014 tem o “rigor”, a “solidariedade” e o “crescimento” como marcas. Fundamentais.

## Ministra das Finanças fala pelo Governo antes da votação final

A ministra das Finanças no encerramento de Debate e em nome do Governo, defendeu na terça-feira que a estratégia do executivo Governo está a dar resultados, mas alerta que para Portugal recuperar a autonomia perdida vai precisar de um processo de ajustamento que “vai além das condições do programa”.

Maria Luís Albuquerque subiu hoje ao púlpito, no Parlamento para encerrar o debate do Orçamento do Estado para 2014 e assim que disse as primeiras palavras foi de imediato interrompida por manifestantes nas galerias, que pouco tempo depois se calaram, tendo a Ministra continuado a sua intervenção de encerramento, a chefe da pasta das Finanças manteve o discurso que tem feito nos últimos meses, defendendo os resultados da política que o Governo está a prosseguir e a necessidade de um período de ajustamento da economia e das contas públicas que vai além do exigido no programa.

“A perda de autonomia financeira resultou das políticas desadequadas, tomadas de forma soberana, que se traduziram em sucessivos défices orçamentais e externos, foi a causa do pedido de assistência em Abril de 2011 e não a sua consequência. A recuperação da autonomia financeira perdida exige um processo de ajustamento que vai além das condições do programa. Exige o equilíbrio efectivo das finanças públicas, a sustentabilidade do sistema financeiro e a transformação estrutural da economia”, afirmou a governante.

Maria Luís Albuquerque voltou a tentar passar a mensagem de que nesta fase final do programa de ajustamento (termina no primeiro semestre de 2014), o esforço tem de prosseguir de forma a não invalidar os esforços e progressos já alcançados.

“A seis meses do final do programa de ajustamento começamos a afastar a excepcionalidade e a perspectivar um futuro mais promissor, não é altura de desistir”, disse, acrescentando que o esforço até esta altura é “de grande dimensão, mas que já produziu resultados”.

## A votação

O Orçamento do Estado para 2014 foi aprovado em votação final global pela maioria PSD/CDS-PP, com os votos contra de todas as bancadas da oposição e do deputado democrata-cristão eleito pela Madeira Rui Barreto.

Na votação estiveram presentes 225 dos 230 deputados, 108 do PSD, 70 do PS, 24 do CDS-PP, 14 do PCP, 7 do BE e 2 do partido ecologista Os Verdes.

A proposta de Orçamento do Estado para 2014 do Governo mereceu, assim, 132 votos favoráveis dos deputados da maioria parlamentar.

O único parlamentar das bancadas da maioria que votou contra o documento foi o deputado do CDS-PP Rui Barreto, à semelhança do que já tinha feito na votação na generalidade. No ano passado, Rui Barreto também votou contra o Orçamento do Estado para 2013.

No final da votação, o deputado do PSD Guilherme Oliveira anunciou que os quatro parlamentares sociais-democratas eleitos pelo círculo da Madeira irão apresentar uma declaração de voto (Guilherme Silva, Hugo Velosa, Correia de Jesus e Vânia Jesus).

O deputado do PSD, Pedro Roque anunciou igualmente que ele e mais sete parlamentares sociais-democratas e democratas cristãos (Artur Rego, Maria das Mercês Borges, Arménio Santos, Bruno Vitorino, Laura Esperança, Maria Ester Vergas e Maria Isilda Aguincha) irão apresentar uma declaração de voto.

Antes, foram aprovadas as Grandes Opções do Plano, que mereceram o voto favorável de todos os deputados da maioria parlamentar PSD/CDS-PP e o voto contra de toda a oposição. – Fonte: Lusa



# Virgílio Macedo destaca a importância que a bancada do PSD dá à transparência dos processos

O deputado do PSD, Virgílio Macedo, declarou que a maioria e o Governo foram, são e serão defensores da transparência. Nesse sentido, no debate do Orçamento para 2014, o social-democrata frisou que os deputados do PSD são favoráveis à proposta apresentada pelo PCP relativa a uma fiscalização dos perdões fiscais. Contudo, Virgílio Macedo informou os comunistas que não existem quaisquer tipos de perdões fiscais realizados de forma aleatória e casuística e que, só por isso, esta proposta não faz sentido.

“Mas quero deixar uma garantia: se no futuro passar a existir qualquer tipo de processo de perdão fiscal a qualquer contribuinte, então esta bancada estará disponível para aprovar esta ou qualquer outra proposta que vise a total transparência deste processo. Jamais seremos obstáculo a qualquer tipo de escrutínio público”.





# Apresentação pública das actas do II Congresso dos Mares da Lusofonia



O Museu do Mar acolheu, no dia 26 de Outubro, a apresentação pública das actas do II Congresso dos Mares da Lusofonia. Realizado em 2010, o congresso contou com a participação de oradores de relevo do universo lusófono, abordando as várias dimensões da estratégia do mar seguida pelos países lusófonos. Editadas em livro sob a chancela da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, as actas do congresso são agora tornadas públicas.

O evento contou com a participação de Carlos Carreiras, presidente da Câmara Municipal de Cascais, Nuno Van Udem, presidente do Instituto dos Mares da Lusofonia e do Embaixador Murade Murardjy, Secretário da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Organizado em Outubro de 2010 pela Fundação D. Manuel II, o II Congresso dos Mares da Lusofonia contou com o apoio da Câmara Municipal de Cascais e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e ainda com o patrocínio de D. Duarte de Bragança. Através da abordagem dos diferentes trazidos a debate, pretendeu-se desenvolver uma reflexão acerca da importância dos mares e das respectivas plataformas continentais na vertente estratégica, de segurança, jurídica, ambiental, científica, tecnológica e económica.

Tratou-se da segunda edição destas jornadas dedicadas a D. Carlos, que contou com a participação do Almirante Nuno Viera Matias, Prof. Dr. Rui Ramos (orador convidado) e teve como moderadores, os Professores Carvalho Rodrigues, Marques Guedes, Almeida Ribeiro, Vidal de Abreu e Poças Esteves.

Realizado de dois em dois anos Congresso dos Mares da Lusofonia nasceu em 2008, em Lisboa, envolvendo diversos países lusófonos e tendo por objectivo contribuir para o alargamento e a divulgação dos conhecimentos científicos relativos ao uso dos espaços marítimos, bem como encontrar áreas comuns de cooperação que potenciem o desenvolvimento das economias do mar dos diversos países de expressão portuguesa.

Decorreu, entretanto, em Maio deste ano, no Rio de Janeiro, o III Congresso dos Mares da Lusofonia / Jornadas D. Carlos, intitulado "No Mar, o futuro das Nações Lusíadas". A além do tema "Amazónia Azul" abordado na conferência de abertura, o encontro integrou seis painéis temáticos: "A importância do Atlântico Sul", "Aspectos Jurídicos", "O Mar como fonte de riqueza I", "O Mar como fonte de riqueza II", "A Segurança no Mar" e "A Lusofonia e o Mar como espaço de cooperação". O encerramento esteve a cargo do Prof. Dr. Adriano Moreira, com a Conferência "O Mar e a Lusofonia". - Gab. CMC

## OS MARES DA LUSOFONIA

Intervenções do II Congresso  
Jornadas D. Carlos - 2010





# Acção dos partidos é fundamental para defender a Base das Lajes

O presidente do PSD/Açores apelou, dia 24, “ao esforço conjunto” dos partidos políticos, dos governos e dos representantes políticos das áreas geográficas de influência portuguesa nos Estados Unidos para que “seja ainda possível evitar a redução do contingente militar norte americano na Base das Lajes”.

Duarte Freitas falava à comunicação social antes de um jantar com uma delegação de representantes políticos do estado do Massachusetts que se encontra na Região e que esta segunda-feira visita, precisamente, a base das Lajes.

Para o presidente dos sociais-democratas açorianos, se “é verdade que é muito difícil conseguir inverter esta decisão, também não é menos verdade que nos últimos dois anos foram conseguidos avanços que muitos consideravam improváveis”.

Segundo o presidente do PSD/Açores “mantém-se uma réstia de esperança, pela via política e através do senado dos Estados Unidos, mas todos sabemos que este é um processo muito difícil”.

“É fundamental que esta delegação perceba aqui nos Açores aquilo que se passa e as consequências da decisão da Força Aérea norte americana e que percebam as consequências para a economia da Terceira e dos Açores desta decisão e de alguma forma, possam ainda tentar travar o que for possível neste caso através dos senadores federais do Massachusetts, mas também de Rhode Island ou da Califórnia, os estados onde residem mais portugueses”, disse o presidente do PSD/Açores.

Para Duarte Freitas, “mais do que saber se nos últimos quatro ou cinco anos era possível ter feito mais, o importante é que todos se unam uma vez que a posição dos Açores será mais forte com mais protagonistas alinhados a uma só voz, como acontece na Região em que as diversas iniciativas que o PSD/Açores tem realizado sobre este assunto têm sido desenvolvidas em coordenação com o presidente do governo regional”.



## Governo regional “continua a falhar” na questão dos Estaleiros da Madalena



O PSD/Açores acusou o governo regional de “continuar a falhar” nas negociações relativas aos Estaleiros Navais da Madalena, assistindo-se “a uma degradação contínua daquela infra-estrutura, que já nem oferece condições de segurança, dado o seu progressivo abandono. Estamos perante um prejuízo económico para a ilha do Pico”, declarou o deputado Cláudio Lopes.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata questiona a tutela sobre “a estratégia concreta para os estaleiros, cuja reestruturação vem sendo prometida aos picoenses há mais de 3 anos. Mais do que reabilitar a estrutura, foi garantido o alargamento do seu leque de serviços”, frisa, lembrando que a medida “previa um investimento de 6 milhões de euros, potenciando uma actividade com vocação histórica no Pico, e criando vários postos de trabalho com mão-de-obra especializada”, adianta.

Segundo Cláudio Lopes, “o governo regional tem de confirmar essa vontade expressa já que, após o falhanço do negócio efectuado com os Estaleiros Navais de Peniche - que adquiriram, em 2010, 49% do capital da Naval-Canal, Lda, desistindo do projecto alguns meses depois -, a tutela anunciou estar em conversações com um estaleiro de construção naval nacional para a reactivação dos estaleiros”, explica.

O deputado do PSD/Açores recorda que Vasco Cordeiro, então Secretário Regional da Economia “afirmou que queria ver o Pico a assumir o lugar que é seu por direito histórico na indústria naval”, ao mesmo tempo que confirmou todo o processo “como parte da estratégia do executivo para a valorização do mar na economia regional”, citou.

Cláudio Lopes acrescenta que, “no final de Setembro de 2012, o governo regional deu autorização à Portos dos Açores S.A. para alienar 24,5 por cento do capital social da Naval Canal-Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda. à sociedade Mares Lusos, S.A.”, mas, “passado mais de um ano sobre essa decisão, nada de concreto aconteceu. Para além das negociações falhadas em torno dos Estaleiros da Madalena”.





Director: Vítor Crespo

# Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 468 • 20 de Julho de 1983 • Preço 20\$00

## A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA CONCEDEU AO GOVERNO AUTORIZAÇÕES LEGISLATIVAS QUE LHE PERMITEM INTRODUZIR IMPORTANTES ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS NOS SECTORES ECONÓMICOS E SOCIAIS



### Homenagem a Sá Carneiro



As comissões permanente da CPD do Porto e CPC do Bonfim do PSD promoveram ontem uma homenagem ao dr. Francisco Sá Carneiro, com o seguinte programa:

- 19.15 horas — Missa na igreja do Bonfim — Porto
- 21.30 horas — Sessão solene no salão nobre da junta de freguesia do Bonfim.

Desta homenagem que teve lugar após o fecho do «Povo Livre» daremos notícia no próximo número.

### Reuniões de âmbito distrital com membros da Comissão Política Nacional

DIA 22

- |                |                        |
|----------------|------------------------|
| Castelo Branco | — Rui Almeida Mendes   |
| Lisboa — Oeste | — Nascimento Rodrigues |
| Faro           | — Ângelo Correia       |
| Portalegre     | — Mariana Perdigão     |
| Porto          | — Amândio de Azevedo   |
| Santarém       | — Vaz Portugal         |

### ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- A mudança das nossas estruturas locais representa a consolidação da Democracia — afirmou Manuel Pereira

PÁG. 4

- Lei da defesa da concorrência já tarda há 20 anos — sublinhou Rui de Almeida Mendes

PÁG. 5

Edição n.º 468 do "Povo Livre", de 20 de Julho de 1983. Manchete: "Assembleia da República concedeu ao Governo autorizações legislativas que lhe permitem introduzir importantes alterações estruturais nos sectores económicos e sociais". Vítor Crespo era o director do órgão oficial do PSD.





## O “Banco de Fomento”

Jaime Quesado (\*)

A decisão de localizar o futuro “Banco de Fomento” no Porto é muito importante, dado o papel que esta entidade vai ter na gestão do futuro QREN. No contexto da actual situação económica e no meio de uma profunda crise financeira internacional, continua a ser evidente no nosso país a falta de um Modelo de Desenvolvimento que seja partilhado sob a forma de Contrato Estratégico entre o Estado e a Sociedade Civil. Os actores económicos e sociais (Municípios, Empresas, Universidades, Centros de Inovação) preocupam-se unicamente com a sua sobrevivência conjuntural e com isso têm desperdiçado a oportunidade única de fazer do QREN uma aposta sustentada para o futuro do país. Por isso, com o “Banco de Fomento” o Novo QREN pode ser um instrumento de desenvolvimento estruturante.

O QREN foi concebido como um instrumento inovador para dar resposta às novas exigências que a competição da economia global e os novos fenómenos sociais exigem ao nosso país. O balanço de 20 anos de Fundos Comunitários em Portugal, recentemente cumpridos, é muito claro: aposta sustentada na melhoria das infra-estruturas do país, numa lógica não raras vezes pouco coordenada e monitorizada (veja-se a proliferação desnecessária de parques industriais e pavilhões desportivos municipais), falhas sucessivas nas acções de formação empreendidas ao longo das três intervenções levadas a efeito, resultados muito frágeis nas áreas essenciais da inovação, conhecimento e competitividade. Ou seja. Vinte anos depois Portugal é um país de auto-estradas com menos coesão territorial e crescentes desigualdades sociais numa Europa em grande indefinição de identidade.

O QREN não pode ser interpretado pelos actores nacionais como mais um instrumento financeiro utilizável para dar cobertura a uma crescente falta de financiamento nos circuitos tradicionais. Em tempo de crise financeira, impõe-se mais do que nunca um verdadeiro “choque operacional” que conduza a mudanças claras e necessárias: desactivação das actividades empresariais sem valor, aposta maciça numa formação/educação que produza quadros reconhecidos pelo mercado, fixação de investimentos e talentos nas regiões mais desfavorecidas, criação de um contexto competitivo moderno voltado para a criatividade das pessoas e a qualidade de vida das cidades. O QREN dispõe dos instrumentos financeiros que poderão ajudar a alavancar toda esta Agenda de Mudança que queremos para o nosso país.

Portugal não perder esta oportunidade de alteração do seu paradigma de desenvolvimento estratégico através da aposta de um “Banco de Fomento” para o Novo QREN. Em tempo de profunda crise financeira, têm que ser accionados mecanismos de adequada utilização dos fundos disponíveis. O “Banco de Fomento” é um sinal positivo. O QREN tem duma vez por todas que se assumir como um factor estratégico de convergência positiva do país face aos novos desafios duma economia global complexa e exigente.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



## Uma questão de Saúde

Nuno Reis (\*)

O mais recente Relatório de Acesso ao Serviço Nacional de Saúde, feito a partir da compilação de dados financeiros e de produção das instituições de Saúde, evidencia resultados que, para alguns, serão surpreendentes. Mau grado os profetas da desgraça, o Serviço Nacional de Saúde conseguiu manter em 2012, ou até mesmo, nalguns casos, melhorar, alguns dos seus indicadores mais importantes.

Comparando com 2011, o número de utentes isentos do pagamento de taxas moderadoras aumentou um milhão, o número de utentes com médico de família cresceu mais de 6%, o número de utilizadores de consultas médicas no âmbito dos cuidados de saúde primários aumentou 4,6%, o número de cirurgias subiu 6%, o tempo médio de resposta aos pedidos de consulta hospitalar diminuiu, o número de camas contratadas em funcionamento na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados cresceu 6%, entre outros exemplos que se poderiam oferecer.

A este respeito, aliás, não pode deixar de se notar que os dados factuais compulsados a partir da produção oficial dos hospitais do SNS, desmentem categoricamente o alarme social que alguns parecem ter pretendido gerar com a divulgação, em documentos pretensamente científicos, da insinuação de que haveria uma preocupante redução de cirurgias no SNS nesse ano de 2012.

Com efeito, no Relatório Primavera 2012, do Observatório Português dos Sistemas de Saúde, não se hesitou em asseverar a existência de “Alguns sinais que indiciam redução do número de cirurgias (...) em diversos hospitais”, quando, na verdade, a realidade era exactamente a oposta.

Neste sentido, sendo bem-vindos todos os contributos, importa que os agentes políticos e os demais atores e interessados no sistema de saúde português, procurem pautar o seu comportamento exclusivamente pelo interesse geral e não deixar-se conduzir por sinais ou indícios que, quase parece por vezes, servem apenas de ilustração a teses previamente construídas.

É também de ter presente que a evolução dos resultados relativos aos actos clínicos praticados no âmbito do SNS no ano passado, foram alcançados num quadro em que, simultaneamente, a dívida do SNS sofreu uma significativa diminuição, designadamente por via do pagamento de mais de 1.500 milhões de Euros de dívidas a fornecedores que, cumpre lembrar, os anteriores governos deixaram acumular.

Assim, a Execução Económico-Financeira do SNS, na óptica das contas nacionais, registou em 2012 uma receita total de 10.090 milhões de Euros, face a uma despesa total no mesmo período de 8.158 milhões de Euros, daí resultando um saldo positivo no valor de 1.932 milhões de Euros. Esse saldo correspondeu ao montante financeiro destinado ao já referido Programa de Regularização de Dívidas do SNS.

Dito isto, e se quisermos ir mais além no tempo, é mesmo de ter presente que, apesar de se tratar de dados já relativos ao corrente ano, segundo a Execução Financeira Avançada do SNS, de Junho passado, da responsabilidade da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., “A informação avançada da execução financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS), apresenta em Junho de 2013 um saldo positivo de 74,8 M.€”, já que até essa data no corrente ano a receita cobrada acumulada totalizou 3.874,6 M.€, registando a despesa no mesmo período 3.799,8 M.€.

Esta realidade, conjugada com a aludida produção clínica do SNS, desmente cabalmente os vaticínios que alguns profetas da desgraça nos últimos dois anos têm vindo a fazer sobre o sector da Saúde.

Assim, na audição parlamentar do Senhor Ministro da Saúde, ocorrida a 15 de Novembro de 2011, por ocasião da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2012, afirmava um parlamentar da oposição:

“Este Orçamento do Estado na área da saúde é uma de duas coisas. Ou é um Orçamento a sério, e é uma desgraça para o Serviço Nacional de Saúde; ou é um orçamento a fingir e não tem graça nenhuma. Se é um Orçamento para levar a sério, ele inevitavelmente tem um resultado que é a redução dos cuidados, a redução da assistência, a redução do acesso, da qualidade, o encerramento de serviços e hospitais. Se é um Orçamento a brincar, a fingir, um orçamento virtual, ele tem como resultado inevitável o aumento da dívida do Serviço Nacional de Saúde, que foi a receita utilizada por todos os seus antecessores. Ou seja, este Orçamento, tal como nos é apresentado, ou corta na assistência, ou aumenta a dívida do SNS”.

Outrossim, na mesma ocasião, um parlamentar do principal partido da oposição não se coíbia de proferir esta sentença: “...consideramos injustificável que este Orçamento para 2012 possa colocar em causa o Serviço Nacional de Saúde como foi patente aqui neste debate (...). O PSD e o CDS não querem reformar o Serviço Nacional de Saúde, mas sim desmantelá-lo!”

Ficará, pois, ao critério de cada um aquilatar o despropósito e a inverdade de tais declarações, que mais não parecem do que tentativas de uma certa oposição empenhada em capitalizar o desconhecimento dos cidadãos menos informados e gerar alarmismo social.

Sem prejuízo do acima exposto, conseguir poupar mais 300 milhões de euros sem que isso signifique prejudicar o acesso dos portugueses ao Serviço Nacional de Saúde ou a qualidade do mesmo, é uma tarefa exigente que o país terá de enfrentar em 2014.

(\*) Deputado do PSD





## “Ensaio sobre a cegueira”, ou “A verdade é crime de lesa-Pátria”

João César das Neves (\*)

Um povo ama intensamente as suas ilusões. Poucos querem saber a verdade acerca do que repetem com convicção sabendo, no fundo, ser falso. A sociedade moderna é aberta e tolerante, aceitando com bonomia multidões de heterodoxos e rebeldes. Mas revelar a realidade é intolerável, merecendo insulto e agressão, pois nada é tão repudiado como a voz da consciência.

A triste situação dos últimos anos é disso prova evidente. Portugal viveu décadas de grandezas a crédito, que só podia acabar numa crise terrível. Agora, quando a inelutabilidade da dívida nos apanhou, inventamos novas ilusões para nos eximir às responsabilidades e justificarmos a raiva contra os cortes inevitáveis. E aí de quem desmascarar essas tolices!

A perversa ilusão dos últimos vinte anos é hoje evidente. Qualquer observação honesta revela que um buraco deste tamanho só podia existir com cumplicidade de todos. Os gastos ruinosos foram repetida e democraticamente sufragados pelos eleitores. Todos beneficiámos e aplaudimos com vigor. Os avisos de insustentabilidade dos défices eram crescentes, de organizações internacionais e especialistas domésticos. Até ao último momento ninguém quis saber. Dias antes do fatídico 6 de Abril de 2011, a todos os níveis da sociedade, cada um ainda negava a exigência de mudar a sua vida.

Quando o choque rebentou e a primeira ilusão morreu, houve duas reacções. O povo em geral abriu os olhos e mudou mesmo de vida. Tem sido espantoso ver a atitude de famílias e pequenas empresas, que no meio de enormes sofrimentos, se desembrulham da terrível situação. Mas nas elites foi urgente construir novo mito que permitisse depositar a culpa em porta alheia, justificando os protestos. Afinal éramos todos inocentes e a maldade vinha de um punhado de corruptos incompetentes e da troika que nos ajudava. Esta segunda fantasia, em que todo o aparelho político-mediático anda apostado desde então, constitui uma magna operação de desinformação. E que se livrem de a contrariar!

O Estado, câmaras e instituições fazem o mínimo de reformas possível, esperando que tudo passe para se voltar ao mesmo. Grandes empresas, próximas do poder, gravemente atingidas pelas tolices antigas, aparentam uma normalidade oca. Em particular a banca, óbvia protagonista da crise financeira, assobia para o lado, empurrando o buraco com a barriga. A oposição, grande responsável da crise, grita indignada como se lhe fosse alheia, sem realmente apresentar uma verdadeira alternativa à austeridade. Apesar dos disfarces, a patente incapacidade de todas estas entidades em cumprir as suas funções sociais mostra a gravidade da situação.

Funcionários, médicos, professores e muitos outros grupos profissionais, que tanto ganharam nos anos fáceis, tinham de conhecer a trajectória ruinososa que os seus sistemas seguiam. Só com enorme cegueira voluntária podem agora indignar-se perante os cortes de despesas insustentáveis que acumularam diariamente sem denunciar. Pensionistas, subsidiados, munícipes e utentes quiseram acreditar nas benesses que políticos irresponsáveis lhes concediam, apesar de os défices funcionais mostrarem a evidência do embuste. Não só os aceitaram mas erigiram-nos em direitos inalienáveis, apesar de muito superiores às receitas e liquidados por dívida externa. Agora, dizer-lhes que os seus descontos não garantem os níveis prometidos gera fúrias incontroláveis. Os realistas têm de ser corruptos, neoliberalis, hipócritas ou mentecaptos, pois nada é mais negativo do que a sinceridade num povo embevecido pela ilusão. A verdade é crime de lesa-pátria.

\*

Neste mito colectivo a explicação comum para os cortes indispensáveis é que o Governo é perverso e incompetente e os parceiros europeus oportunistas. Estes, que nos emprestam uma fortuna no fundo do nosso buraco, são criticados pela sua solidariedade, pois exigem-nos aquilo que tínhamos de fazer de qualquer maneira. Deste modo um país de inocentes busca explicações mirabolantes para o mal que criou. Pois não há maior cego do que o que não quer ver.

(\*) Professor Universitário, Economista ©DN



## O último rei de Portugal

Vasco Pulido Valente (\*)

Nas cortes do Absolutismo, o poder, a influência de cada um era medida pela sua proximidade ao rei. A gente de importância ficava perto, a gente sem importância ficava longe. Em princípio ninguém falava «sponte sua» à pessoa sagrada que representava a ordem política e a ordem social; esperava que lhe falassem e geralmente respondia com as fórmulas tradicionais que a etiqueta estabelecia.

A tentativa de Maria Antonieta para ser tornar “humana” e “popular” (indo ao teatro, por exemplo) prejudicou mortalmente a Monarquia e criou contra ela um ódio universal. Esta digressão vem a propósito da homenagem que a televisão e os jornais resolveram prestar a Álvaro Cunhal, no centenário do seu nascimento. Quase toda a gente, que se resolveu a partilhar as suas memórias do homem, o tratou como um soberano.

De Manuel Alegre a Herman José, não apareceu uma única solitária criatura que se atrevesse, a esta distância, a pensar nele como um homem. Verdade que o homem Cunhal se escondia por detrás da sua figura messiânica; antes de morrer sempre impediu que Portugal soubesse com quem vivia (ou vivera), o nome dos filhos (se existiam), que amigos tinha, como se divertia ou qualquer outra coisa susceptível de perturbar a imagem do “comunista de cristal”, que ele encarnava ou, pelo menos, pretendia encarnar. Não é coincidência que as personagens que por aí o incensaram, ignorem quase totalmente a política e se lembrem muito bem de episódios triviais, em que o soberano magnanimamente desce à inferioridade dos serventes e cortesãos para se mostrar bondoso, sensível, irónico e até paternal. Nas memórias que escreveram depois da revolução, os fiéis do “martirizado” Luís XVI, era assim que o lembravam.

Como hoje se lembram de Cunhal os militantes do PCP, os “companheiros de caminho” e umas largas dúzias de patetas. O indivíduo que planeava transformar Portugal numa espécie de Bulgária do Ocidente, o promotor do PREC, o responsável pelas “nacionalizações” e pela ocupação dos “latifúndios”, o desorganizador da economia, o inimigo da “Europa”, esse parece que desapareceu. Só resta, com muito sentimentalismo, como ele gostaria, a máscara do soberano, perante a qual ainda uma pequena parte do país se acha obrigada a genuflectir. A consciência histórica dos portugueses é um óptimo reflexo da inconsciência que os trouxe à miséria e ao desespero.

(\*) Professor Universitário, Historiador, ©Público



## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### ALANDROAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alandroal, para reunir no próximo dia 20 de Dezembro de 2013 (Sexta-feira), pelas 20h00, na Sede, dos Bombeiros Voluntários de Alandroal, sita na Rua Dr. Manuel VX Rodrigues, com seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Antes da ordem do dia
- 2 - Análise do relatório das Eleições Autárquicas PSD ADL 2013
- 3 - Análise e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento 2014
- 4 - Outros assuntos

### ALMODOVAR

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almodôvar, para reunir, no próximo dia 07 de Dezembro de 2011 (sábado), pelas 16h00, na sede, sita na Rua Pequeninha com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1.- Informações
- 2.- Análise da situação política local e nacional
- 3.- Outros assuntos

### COIMBRA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, para reunir no próximo dia 04 de Dezembro de 2013, (quarta-feira) pelas 21h30, na Casa Municipal da Cultura de Coimbra, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Aprovação das contas respeitantes ao ano de 2012 e orçamento de 2014
- 2 - Próximo Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014-2020, com a presença de um membro do Governo e da CPN

### LEIRIA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Dezembro de 2013, (quarta-feira) pelas 21h00, na sala de reuniões do Hotel Eurosol, em Leiria, e com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Tomada de posse dos órgãos distritais de Leiria do PSD;
- 2 - Apresentação e debate sobre as perspectivas do próximo Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014-2020.

### LISBOA/ AML

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa / AML, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 05 de Dezembro de 2013, (quinta-feira) pelas 21h00, no Hotel Epic Sana Lisboa Hotel, sito na Av. Engenheiro Duarte Pacheco, 15, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Apresentação do próximo Q.R.E.N. 2014 - 2020 por um membro do Governo
- 2 - Análise da situação política.

### PENALVA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penalva do Castelo, para reunir no próximo dia 07 de Dezembro de 2013, (sábado),

pelas 20h30 na sede da Junta de Freguesia de Ínsua, sita na Rua do Lar, Penalva do Castelo, com a seguinte.

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações.
  - 2 - Análise da Situação Política.
  - 3 - Análise dos resultados das eleições autárquicas.
  - 4 - Outros assuntos.

### PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 04 de Dezembro de 2013 (quarta-feira), pelas 21h15, na sede, da Junta de Freguesia do Bonfim, sita no Campo 24 de Agosto, 294, com seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único - Apresentação e debate das candidaturas aos órgãos da Secção do Porto

### SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir, no próximo dia 07 de Dezembro de 2011 (sábado), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Gago Coutinho, nº 12 - r/c, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1.- Informações
- 2.- Análise da situação política

### SANTARÉM / DISTRITAL (ALTERAÇÃO ORDEM DE TRABALHOS)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir no próximo dia 02 de Dezembro de 2013, (segunda-feira) pelas 21h00, na sala "Ribatejo" do Santarém Hotel (antigo Hotel Corinthia), com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Próximo Quadro Comunitário de Apoio para o período 2014-2020, com a presença de um membro do Governo e da CPN
- 2 - Análise da situação política



### LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Lisboa para reunirem no dia 11 de Dezembro de 2013, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Lisboa, sita na Praça São João Bosco, 3 - B, 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Aprovação do regulamento interno do Plenário Concelhio nos termos do artigo 121.º dos Estatutos da JSD;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros assuntos.

### VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Vagos para reunir em sessão ordinária no próximo dia 13 de Dezembro, pelas 20:30 horas, na Sede concelhia do PSD, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Balanço das eleições Autárquicas;
- 3 - Análise da Situação Política nacional, distrital e local;
- 4 - Outros assuntos.

### CONSELHO REGIONAL DE AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se o Conselho Regional Extraordinário da JSD Regional de Aveiro, para reunir no próximo dia 8 de Dezembro de 2013, pelas 17h00m, no Edifício da Junta de Freguesia de Oliveirinha, sita na Rua Rotunda 2 de Maio, n.º 1, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Discussão e aprovação do Regulamento do II Congresso Regional da JSD de Aveiro e Definição do Calendário Eleitoral.

### ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da Concelhia da JSD de Alcobaca, para Plenário Concelhio a realizar no dia 6 de Dezembro de 2013, pelas 21h30m, na Sede Concelhia, sita na Avenida Professor Eng.º Joaquim Vieira Natividade, lote 3 - 62 A, em Alcobaca, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Calendário de actividades;
- 3 - Outros assuntos.

### ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da secção do Entroncamento, para reunirem no dia 27 de Dezembro de 2013, pelas 21h, na sede do PSD Entroncamento, sita na Rua Almirante Reis, nº 64, 2330-099 Entroncamento., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia do Entroncamento.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 21h e as 23h.

### MAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da secção de Mação, para reunirem no dia 27 de Dezembro de 2013, pelas 21h, no Largo dos Bombeiros Voluntários nº8-A, 6120-728, Mação, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Mação.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 21h e as 23h.

### CONGRESSO REGIONAL DE SANTARÉM

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenário Concelhios da JSD Santarém para reunir no próximo dia 27 de Dezembro, nos locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO - Eleição dos Delegados Regionais ao II Congresso Regional da JSD Santarém de 11 de Janeiro de 2014 em Santarém.

Nota:

As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na referida sede, que para o efeito se encontrará aberta, ao respectivo Presidente da Mesa do Plenário Concelhia ou a quem o possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

• Coruche - das 21h às 23h  
Rua 25 de Abril - Quinta do Lago, 2100-016 Coruche

• Abrantes - 21h às 23h  
Rua de São Pedro n22, 1ªA, 2200-398, Abrantes

• Almeirim - 21h às 23h  
Rua Alexandre Herculano, nº19, 2080-056, Almeirim

• Ferreira do Zêzere - 21h às 23h  
Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº20, 2240-909, Ferreira do Zêzere

• Benavente - 21h às 23h  
Praça Anselmo Xavier 13, 1º, 2130 Benavente

• Rio Maior - 21h às 23h  
Av. Paulo VI, 102 - 1ºDto, 2040-325 Rio Maior

• Torres Novas - 21h às 23h  
Rua do Conde, n.º 8. 1º Andar, 2350-421 Torres Novas



• Santarém – 21h às 23h  
Calçada de Mem Ramirez, 10 – 1º andar, 2000-105 Santarém

• Mação – 21h às 23h  
Largo dos Bombeiros Voluntários nº8-A, 6120-728, Mação

• Golegã – 21h às 23h

Rua D. Afonso Henriques nº53, 2150, Golegã

• Chamusca – 21h às 23h  
Rua direita de São Pedro nº119, 2140-098, Chamusca

• Entroncamento – 21h às 23h  
Rua Almirante Reis, nº 64, 2330-099 Entroncamento

• Cartaxo– 21h às 23h

Rua Serpa Pinto nº 32, 1ºdto, 2070-116 Cartaxo

• Vila Nova de Ourém – 21h às 23h  
Rua Carlos Vaz Faria de Almeida, 31 - 1º Dto, 2494 - 909 OURÉM

• Tomar– 21h às 23h  
Rua da Fábrica da Fiação, 57-A Loja R/c Dto, 2300 - 465 TOMAR

# REGULAMENTO DO II CONGRESSO REGIONAL DA JSD SANTARÉM

## CAPÍTULO 1 – DO PRESENTE REGULAMENTO

### Artº 1

#### (Objecto)

O presente Regulamento visa dar cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b) do Artº 3 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais, disciplinando o funcionamento do II Congresso Regional da JSD Santarém.

### Artº 2

#### (Definição)

O Congresso Regional é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial regional (anteriormente designada distrital).

## CAPÍTULO 2 – DO CONGRESSO REGIONAL E SEUS MEMBROS

### Artº 3

#### (Competências)

É da responsabilidade do Congresso Regional:

- A eleição da Mesa do Conselho Regional que será também a Mesa do Congresso, bem como da Comissão Política Regional
- A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos regionais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

### Artº 4

#### (Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso Regional, com direito a voto

- O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Regional;
- Os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na al. b) do Artº 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais, exercida mediante entrega da respectiva acta à Mesa do Congresso Regional até ao início dos trabalhos
- Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos da al. C) do Artº 27 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais.

2 – São ainda membros do Conselho Regional, ainda que sem direito de voto:

- A Mesa do Conselho Regional, que será também a Mesa do Congresso Regional;
- Os membros da Comissão Política Regional;
- Os membros do Conselho Regional mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), k), l) do Artº 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Regionais

3 – A qualidade em que um Membro participa no Congresso Regional é imutável durante o decurso do mesmo

4 – Competirá à Mesa do Conselho Regional verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

### Artº 5

#### (Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1.A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia cujos órgãos se encontrem regularmente eleitos e em funções, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

- As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho Regional e convocados pelo seu Presidente, preferencialmente ouvindo para esse efeito as Mesas de Plenário Concelhias quanto ao local e horário;
- Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;
- Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Regional a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.
- Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.
- Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

### Artigo 6º

#### (Direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Regional:

- Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;
- Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;
- Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;
- Participar nas discussões e votações;
- Interpelar os órgãos Regionais;
- Usar do direito de resposta, quando visados;
- Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta, exceptuando-se tal prerrogativa relativamente às abstenções.

### Artº 7

#### (Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Conselheiros:

- Comparecer ao Conselho Regional com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;
- Participar nas votações;
- Respeitar a dignidade do Conselho Regional e dos seus membros;
- Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Regional ou de quem o substitua nessas funções;
- Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Conselho Regional, e em geral, para a boa imagem da JSD.
- Abster-se do uso de expedientes dilatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

### Artº 8

#### (Participantes e Observadores)

1. O Conselho Regional, a requerimento da CPR ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPR e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes da Região.



2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Conselho Regional poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

### CAPÍTULO 3 – DOS TRABALHOS

#### Artº 9º

(Data e Hora)

O II Congresso Regional da JSD Santarém, decorrerá no dia 11 de Janeiro em Santarém, com início as 11h00 da manhã e o Conselho Regional delega a escolha da localização efectiva e os seus preparativos na Comissão Política Regional e Comissão Política Concelhia em causa.

#### Artº 10º

(Quórum)

1.O Congresso Regional reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2.A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

3. Não é admitida a delegação de poderes para nenhum efeito ou qualquer forma de substituição, mesmo que parcial.

4 Exceptua-se do exposto o caso da substituição de um Delegado pelo membro seguinte da lista (ou suplente), desde que comunicada à Mesa do Conselho Regional até ao início dos trabalhos.

#### Artº 11

(Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Regional, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Regionais.

#### Artº 12

(Ordem de trabalhos)

- Abertura e Boas vindas;
- Apresentação e discussão das moções sectoriais
- Apreciação do mandato Regional – 2012/2013
- Apresentação das moções de estratégia global e candidaturas
- Eleição dos órgãos Regionais mandato 2014/2016 e aprovação da moção de Estratégia Global ( urnas abertas entre as 16 e as 18 horas)
- Votação das moções sectoriais e aprovação dos militantes honorários
- Tomada de Posse dos órgãos, após apuramento e publicitação dos resultados
- Encerramento

#### Artº 13º

(Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:

- a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;
- b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;
- c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;
- d) Interpelar os órgãos regionais;
- e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;
- f) Apresentar requerimentos, protestos, contra-protestos e formular votos;
- g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;
- h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.
- i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.
- j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo disponível.

#### Artº 14

(Competências do Presidente da Mesa)

Compete ao Presidente da Mesa:

- a) Presidir ao Congresso Regional, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;
- b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Conselho Regional;
- c) Conceder a palavra aos Conselheiros e aos Participantes;
- d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;
- e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;
- f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;
- h) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Regional ou da sua Mesa.

#### Artº 15º

(Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes:

- a) Substituir o Presidente na sua ausência ou impedimento;
- b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;
- c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

#### Artº 16º

(Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários:

- a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;
- b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;
- c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;
- d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;
- e) Servir de escrutinador;
- f) Elaborar as actas.

### CAPÍTULO 4 - DAS MOÇÕES E CANDIDATURAS

#### Artº 17º

(Moções de Estratégia Global)

1.Os candidatos a Presidente da Comissão Política Regional – e apenas estes - devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções

3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade

4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Regional

#### Artº 18º

(Moções Sectoriais)

1.As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Regional, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.

2 Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Regional vencedora



como orientações do Congresso Regional, a executar nos moldes possíveis.

Artº 19º

(Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artº 20º

(Candidaturas aos órgãos Regionais)

Devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Regional, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD.

CAPÍTULO 5 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artº 21º

(Lacunas)

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Regionais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artº 22º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua publicação.

Aprovado pelo Conselho Regional, Santarém, 15 de Novembro de 2013



#### IV CONSELHO NACIONAL /2013

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para uma reunião no próximo dia **10 de Dezembro, terça-feira, às 21H00, no Hotel Sana**, em Lisboa (Av. Fontes Pereira de Melo, 8), com a seguinte

#### Ordem de Trabalhos

- Ponto 1: Aprovação do Orçamento para 2014;
- Ponto 2: Marcação da data das eleições directas para Presidente da Comissão Política Nacional e do respectivo Regulamento;
- Ponto 3: Convocação do XXXV Congresso Nacional e aprovação do respectivo Regulamento;
- Ponto 4: Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Congresso

  
**Fernando Ruas**

Lisboa, 26 de Novembro de 2013